

Pensar a educação

Como disse, um dia, Nelson Mandela, «a educação é a melhor arma para mudar o mundo? daí, talvez, a explicação porque, em Portugal, as mudanças tardem em acontecer. Efectivamente, ela nunca foi pensada como factor fundamental para o desenvolvimento social, cultural e económico.

Poderemos dizer que à excepção do curto período da 1ª República, onde, efectivamente, se pensou na valorização da educação, na abertura de mais escolas como forma de promover a valorização dos cidadãos, os exemplos seguintes foram pouco positivos. Se recuarmos um pouco na história, poderemos ver o que o Marquês de Pombal fez (tão empenhado em reconstruir o país, depois do terramoto, dando a Portugal uma dimensão mais europeia e civilizada) ao expulsar os jesuítas, responsáveis pela Educação em Portugal, paralisando durante muitos anos a formação de quadros, a nível do ensino secundário, facto que veio a trazer consequências para os períodos seguintes. Mais adiante, e já com a chegada do Estado Novo chegou-se mesmo a temer que a instrução poderia pôr em perigo a estabilidade do Estado e dos seus valores. Propositado foi, sem dúvida, o desinvestimento que aconteceu em relação aos anos de escolaridade mais baixos. Só com a chegada da revolução dos cravos se pensa na educação alargada a todos, como um direito fundamental, como forma de desenvolvimento integral e devidamente expressa na Constituição e Lei de Bases do Sistema Educativo.

Na história recente, lembremo-nos da educação tomada pelo Governo de Guterres como uma «paixão» e aí, mesmo que tenha sido dada alguma atenção à educação, o investimento nela revelou-se muito aquém, atendendo ao atraso estrutural do país - cem anos em relação aos restantes países europeus. Ainda hoje, espelhamos esse atraso e, por mais que queiramos recuperar, tudo se torna difícil porque, ainda neste início do século, faltam condições estruturais básicas para tornar a escola e a educação estável, com dignidade para discentes e docentes e devidamente articulada com o meio. É ainda recente na nossa história da educação o investimento no alargamento da educação da rede da educação pré-escolar, muito mais árduo de conseguir do que a proliferação de múltiplas universidades e politécnicos, recheados de cursos. Ainda mais recente é o lançamento das actividades de extensão curricular e de actividades de apoio à comunidade mas sem que outras condições acompanhassem estas inovações tão válidas. Faltam as cantinas, os cobertos para os recreios, os planos de segurança nas escolas, as instalações escolares devidamente reparadas, equipadas e em segurança, as novas tecnologias prontas a funcionar.

Aprendemos com a experiência que a educação não poderá ser pensada com paixão nem tão pouco, como nos momentos actuais, com desespero. Estes sentimentos exacerbados não levam a nada. A educação tem de ser pensada racionalmente, liberta de emoções extremadas, antes com serenidade, com amplos consensos e envolvendo os principais agentes, os professores, os pais e outros intervenientes da comunidade, numa atitude de co-responsabilização e determinação. Só assim se assistirá a mudanças eficazes e a uma verdadeira qualidade no ensino. Sabemos que não é só com as mudanças na escola que se consegue mais e melhor educação. A escola tem de ser pensada não como o problema, ela não é um problema, o que chega até ela são problemas diversos, a exigir intervenção pronta dos responsáveis sociais e muitas vezes inexistentes. Os responsáveis políticos têm de começar por assumir a sua responsabilidade. É a nível local que os políticos, atentos aos problemas e próximos deles, deverão pensar, juntamente com outros agentes da comunidade, numa política educativa. É preciso pensar a educação e os problemas da escola não desligada da sociedade envolvente, mas cada vez mais articulada com outros órgãos, daí a necessidade de se pôr em acção Conselhos Municipais da Educação que desempenhem com eficácia e eficiência as competências que lhe são determinadas, nomeadamente, na definição de políticas estratégicas para a educação nos concelhos, devidamente articuladas com outras políticas sociais, optimizando-se todos os recursos humanos e materiais para que nada se desperdice. Todos somos poucos se queremos pensar a educação como arma para promover mudanças efectivas nos nossos concelhos e no nosso país.